

Cem anos depois

12 NOV 1989

Fernando Pedreira *

Em meados do século dezoito, o Século das Luzes, o compositor Joseph Haydn vivia em Viena e lá apaixonou-se pela filha de um fabricante de perucas. Por motivos não-sabidos, a moça, em vez de casar-se com ele, recolheu-se a um convento, onde adotou o nome religioso de Josepha, em homenagem ao seu desditoso enamorado. Assim eram as mulheres, no ingênuo e romântico século dezoito. Pouco tempo depois, entretanto, Haydn cometeu o erro fatal de casar-se com Maria Ana Aloisia, irmã mais moça de sua enclausurada noiva, mas pessoa pouco doce, a quem, anos mais tarde, ele viria a chamar de *una bestia infernale*.

O episódio serve para comprovar, no celebrado mestre vienense, uma eloquência que não era apenas musical; podia ser também conjugal. *Una bestia infernale*. A verdade, entretanto, é que há, na vida das pessoas (e das nações também) circunstâncias que não só justificam alguma veemência barroca, como fazem nascer, mesmo nas almas menos sensíveis, ímpetos homicidas ou, quando menos, incivis e pouco confessáveis.

Talvez a atual quadra da vida brasileira, às vésperas da eleição presidencial do dia 15, seja um desses momentos. Ao cabo de dois desastrosos desgovernos, o do general Figueiredo e o do (falso) poeta José Sarney, o país cívico afunda-se na lama de um poço sem fundo, atolado num maremoto de corrupção, inflação e demagogia. E, como se não bastasse, corre ainda o risco de mais uma vez casar-se (levado pela mão da Justiça Eleitoral, e desta vez em dois escrutínios) com mais outra *bestia infernale*.

Não é pouco. Não é pouco, mas resta aos brasileiros de boa-fé, aos democratas empedernidos, ao menos o consolo de ver que a campanha política, com todos os seus horrores, acaba sendo uma espécie de tomografia computadorizada da alma nacional. Revelamo-nos a nós mesmos, e o que está saindo, o que vai sair da câmara escura das urnas não é apenas o nome de mais um presidente, nessa extensa galeria republicana que já inclui, não só Sarney e Figueiredo, mas Jânio e Jango, Costa e Silva e Médici, no curto espaço de trinta anos. O que se está revelando, na química da campanha e das urnas, é o retrato em branco e preto do Brasil.

Bem-feitas as contas, na verdade, a *bestia infernale* somos nós mesmos; é a nação gorda, complacente e gulosa, macunáimica, que forjou elites políticas e sociais à sua imagem e semelhança (ou que foi forjada por elas, o que vem a dar exatamente no mesmo). Nesse sentido, o episódio Sílvia Santos, valentemente encerrado pelo TSE, parece especialmente esclarecedor.

Diante da esperta e malandra manobra palaciana que lançou à última hora a candidatura do animador de auditórios, a nação inteira, no que podia ter de mais expressiva em termos políticos, jornalísticos ou jurídicos, ergueu-se indignada e unânime. Deve-se no entanto reconhecer que o que deu a essa salutar reação todo o seu peso e relevância foi o fato de que uma outra nação inteira (a mesma?) ameaçava consagrar com uma montanha de votos populares o candidato repudiado, o pára-quedista.

Dois Brasis? Ou trezentos, trezentos e cinquenta, como o poeta, no verso de Mario de Andrade? Na verdade, um só, embora cada vez mais parecido com aquele país que Joaquim Nabuco encontrou em Washington, quando para lá foi na qualidade de embaixador do Brasil junto ao governo norte-americano.

Os Estados Unidos de Nabuco, na virada do século dezenove para o vinte, eram uma nação dinâmica, cheia de vigor, mas governada por uma classe política corrupta e vil, com uma vida pública de baixíssimo nível, dominada por demagogos e aven-

tureiros, e da qual as pessoas decentes procuravam afastar-se. O nível da imprensa (e seus métodos) não era melhor. A inflação era alta, e a dívida pública, interna e externa, parecia imensa. Nabuco, político formado na escola do segundo Império, e uma das mais altas figuras de homem público que o Brasil já produziu, ao pôr no papel suas observações americanas não imaginava que estivesse pintando, com um século de antecedência, o retrato falado do seu próprio país...

Com uma notável diferença, entre outras. Nos Estados Unidos daquele tempo não havia sufrágio universal. O voto dos humildes não era estimulado (ainda menos era obrigatório, como é hoje, aqui); ao contrário, era cerceado de várias maneiras, inclusive pela célebre *poll tax* dos Estados sulinos. A democracia americana (o governo do povo de Lincoln) era a democracia de uma elite de cidadãos. E nem por isso, no país novo, grande e livre e inculto, a vida pública parecia mais limpa e melhor.

Estaremos, então, condenados a imitar os Estados Unidos, com cem anos de atraso? Nem sempre. Em alguns casos, podemos mesmo dizer que já estamos colados com eles. O que será, o que seria, por exemplo, Sílvia Santos senão um Ronald Reagan suburbano e subdesenvolvido? Um Grande Comunicador, recitando textos preparados por seus assessores, mas exsudando charme, simpatia e confiança para as massas, um mágico, um ator, um demagogo?

São talentos irmãos, profissões primas-entre-si, essas do ator, do mágico, do demagogo, do astro de TV. Em eleições como as nossas (e as americanas), em que é preciso atingir e comover um público de muitas dezenas de milhões, frequentemente apático e desinformado, como escapar do fascínio, da frieza, da competência profissional dos demagogos? Nos Estados Unidos, há ainda o filtro dos grandes partidos tradicionais. Aqui, nem isso.

Três dias mais e vamos votar. Em quem? Sabemos todos que o Brasil precisa de um presidente decidido e firme (seja ele de esquerda ou de direita, conservador ou populista), capaz de sanear a economia, impor um mínimo de decência e eficiência na administração da coisa pública, enxugar os excessos da demagogia e do estatismo — o que não poderá fazer, num quadro como o atual, sem adotar medidas duras e corajosas logo nas primeiras semanas de governo.

Precisamos de um presidente que faça aqui o que a conservadora Margaret Thatcher fez na Inglaterra; o que os socialistas Gonzalez e Mitterrand estão fazendo na Espanha e na França; o que os populistas Menem e Salinas começam a fazer (esperamos que perseverem) na Argentina e no México.

É obvio que um presidente assim não pode ser um complacente, um indeciso, um fraco. Não pode ser um Sarney. Ele terá que enfrentar poderosíssimos *lobbies* corporativos e sindicais, terá que descontentar e enquadrar magotes de políticos ávidos e corruptos. Se for de esquerda, terá que contrariar convicções e preconceitos muito arraigados entre seus próprios partidários.

Enfim, mais do que isso, convém que esse presidente seja digno da confiança dos democratas, incapaz de usar as fraquezas ocasionais do povo e do país para ampliar e estender os seus poderes e vestir a capa do ditador, à maneira getuliana.

Quem será o herói? Entre os postulantes do primeiro pelotão, já a um passo da linha de chegada, não há certamente nenhum que pareça à altura de tão altos requisitos. Não há remédio senão procurar o menos mau, o menos inadequado, e tentar evitar o pior. Na esperança (sempre a esperança) de que a sorte nos ajude e não se tenha que recomençar tudo de novo, daqui a mais alguns meses, como em agosto de 1961. Ânimo, senhores.